



CONFLITO E DECISÃO

Uma Reflexão Sobre as Condições do Emprego Violento do
Campo Internacional Poder no

Fernando M. F. Diégues

Nas páginas de seu formidável *A Study of War*, Quincy Wright registrou, no período que vai de 1480 a 1941, a ocorrência de 278 guerras. A freqüência e o caráter repetitivo com que esse fenômeno se apresenta — em 461 anos, de acordo com os dados acima, ter-se-ia uma média de aproximadamente uma guerra de dois em dois anos — demonstram que ele não é excepcional às sociedades humanas. Devem ter sido poucas as gerações que não tenham participado ou vivido a expectativa de uma guerra.

As diferentes modalidades através das quais ela se manifesta na História refletem os padrões culturais e os níveis de desenvolvimento material das sociedades envolvidas. No entanto, quaisquer que sejam as motivações dominantes, a sua localização geográfica ou a tecnologia

empregada, a essência da guerra é sempre a mesma — o duelo de morte, como escreveu Clausewitz — a luta armada e violenta entre grupos socialmente organizados.

Paradoxalmente, as guerras quase nunca apresentam os resultados que delas esperavam aqueles que as empreendem, como se a História zombasse dos projetos excessivamente pretenciosos e descabidos dos homens. Elas transformam as sociedades, impondo-lhes conseqüências inesperadas, aniquilando Estados e sacudindo nações, quando não conduzem novos protagonistas ao proscênio do palco internacional.

Por que as nações fazem a guerra?

É razoável pensar que os atos humanos sejam comandados por motivações que compensem o esforço despendido na ação. Pode-se perfeitamente imaginar

que o valor dos objetivos devem ser suficientemente elevados para explicar os sacrifícios morais, humanos e materiais, que estão implícitos na violência da guerra. Então, quais são os lucros ou vantagens que as nações identificam na guerra? Poder-se-ia responder a essa pergunta de uma maneira bastante geral: o poder, o prestígio e, às vezes, sua sobrevivência; e, ainda, de uma forma mais objetiva: uma conquista territorial, um benefício comercial ou uma descompressão de seus problemas internos.

Mas, por outro lado, será que essa argumentação, voltada para uma duvidosa racionalidade dos atos humanos, não seria demasiadamente presunçosa? Não seria apenas um artifício mental, destinado a anestesiar nossas consciências, escandalizadas diante da violência que se encontra associada à condição humana? Será que — como já foi referido por alguns autores — a guerra não teria apenas uma função de jogo, consagrado à dissipação de ansiedades e tensões acumuladas? Ou, ainda, ela não seria apenas o estuário de processos, através dos quais, à revelia dos homens, a agressividade coletiva irromperia sem lhes pedir licença ou lhes dar satisfação?

Se o leitor supõe que tenho a pretensão e — por um excesso de otimismo e confiança — a sabedoria, para responder a todas essas questões, fornecendo-lhe respostas definitivas e indiscutíveis, estará certamente enganado. Meu propósito é bem mais modesto. Pretendi apenas esboçar, neste ensaio, uma análise das condições que envolvem o emprego violento do poder no campo internacional, quando as perspectivas de guerra surgidas de uma situação de antagonismo ou de crise tendem a se concretizar.

Utilizei a palavra estadista — talvez seja preciso esclarecer esse ponto — para

designar o homem de Estado ou a autoridade governamental, civil ou militar, situada em um elevado nível de decisão e ação político-estratégica.

Apesar das páginas e mais páginas que já se escreveu, até hoje, sobre o fenômeno histórico-sociológico da guerra, suas causas fundamentais ainda permanecem, até certo ponto, sujeitas a diferentes interpretações. Seu estudo veio a incorporar, mais recentemente, as contribuições de analistas e pesquisadores munidos do instrumental científico e dos diagnósticos provenientes das mais variadas disciplinas. Talvez por isso mesmo, pela variedade disciplinar com que o fenômeno guerra pode ser abordado em nossos dias, a síntese de suas causas se mostre tão difícil e, como uma decorrência dessa situação, a importância relativa e o papel que cada fator causal desempenha no desencadeamento do conflito.

Para os antropólogos, por exemplo, a guerra tem um fundo de caráter-religioso, cujas origens podem ser facilmente detetadas na essência mítica das guerras entre sociedades primitivas. Um estudioso já afirmou que nossos tupinambás não faziam a guerra por motivos econômicos ou territoriais, mas, sim, com vistas à captura de um certo número de inimigos, cujo sacrifício assegurava a estabilidade e a sobrevivência do grupo tribal, consolidando os vínculos que o ligavam às divindades¹.

Dentro dessa perspectiva sócio-cultural, outros pesquisadores identificam as causas predominantes das guerras nas características e valores constituintes das culturas humanas, de onde germinariam certos segmentos ideológicos — o racismo, o messianismo político, o militarismo, o exclusivismo religioso — que estimulam a precipitação dos conflitos. Um

dos exemplos mais notáveis seria o da 2ª Guerra Mundial: Hitler catalisa os ressentimentos e as ressonâncias psicológicas derivadas da cultura e da sociedade alemãs, orientando seu apelo aos subterfâneos da mente e despertando nos jovens — como assinala um autor — a esperança de libertação de frustrações e inseguranças pessoais, através da imersão de suas identidades na imagem, por ele criada, de uma nação superior e gloriosa².

Para outros cientistas, as causas da guerra seriam mais profundas e estariam incubadas, esperando ocasião para se manifestarem, na própria constituição biológica da espécie humana. Para Konrad Lorenz, um dos ganhadores do Prêmio Nobel, em 1973, a grande ameaça à existência de uma espécie não é o adversário ou o predador que dela se nutre, mas, sempre, o concorrente da mesma espécie. Quando a humanidade alcançou um estágio em que com suas armas, suas vestimentas e sua organização social ela pôde começar a enfrentar, com maior sucesso, os desafios naturais, então, os perigos e ameaças do meio ambiente deixaram de ser fatores importantes na seleção: "O fator seletivo passava a ser, de agora em diante, a guerra entre as hordas vizinhas de homens inimigos."³

Se a idéia da guerra como uma decorrência do processo seletivo intra-espécies pode ser, para alguns estudiosos, considerada como sendo razoavelmente duvidosa, é difícil, no entanto, recusar o fato básico da concorrência, como um fenômeno fundamental, inscrito no âmago das relações entre os homens e entre as sociedades. É dessa forma que se pode interpretar, por exemplo, o conteúdo demográfico das guerras.

A concorrência, nesse caso, manifesta-se no desequilíbrio provocado por um

apreciável excedente de jovens, em relação ao volume de atividades que comportam a organização e o funcionamento econômicos de uma sociedade. De acordo com Gaston Bouthoul, que dedicou grande parte de sua obra à análise dos efeitos demográficos das guerras, esse excedente, atuando como uma força social perturbadora, constitui a matriz do que ele chamou uma *estrutura demográfica explosiva*. Através da guerra, o excesso de *capital humano* acumulado é bruscamente expelido. A agressividade coletiva viria a ser um reflexo psicológico de emanações febris, provenientes de desequilíbrios sócio-demográficos instalados nessa sociedade⁴.

Se a hipótese da função demográfica está sempre presente e é a única constante, por outro lado — reconhece Bouthoul — sua influência não exclui a simultaneidade de outras funções. De fato, se existe concorrência entre as sociedades humanas é porque a escassez, em termos de recursos naturais ou territórios, constitui o reverso da constante demográfica. Logo se infere que não menos atuantes e decisivos, como causas da guerra, são os fatores de natureza econômica.

Com efeito, a história da humanidade é um registro ininterrupto de conflitos territoriais, rivalidades comerciais, disputadas pela posse de matérias-primas e colônias, lutas pelo controle das áreas de maior interesse econômico do planeta. Os interesses de natureza econômica têm estado sempre presentes na política das nações, orquestrados pelos grandes fenômenos conjunturais que marcaram, sucessivamente, a fisionomia de cada época: as constantes migrações da Antigüidade; o aparecimento das cidades-estados; o sistema feudal; a revolução comercial dos séculos XV ao XVIII, trazendo em seu bojo o mercantilismo

e o colonialismo; a revolução industrial dos séculos XIX a XX, com suas máquinas e suas tecnologias.

Assim, as nações procuram consolidar e desenvolver suas bases agrícolas e industriais; promover a expansão de seu comércio e a ampliação de seus mercados; garantir o suprimento de matérias-primas e recursos naturais indispensáveis à manutenção de suas atividades produtivas. A aplicação de força na afirmação de seus interesses econômicos e, portanto, a ocorrência do conflito armado, será determinada pelas condições de competição com que elas se defrontam no cenário internacional e da maior ou menor incidência de obstáculos e antagonismos provenientes de outras nações.

Não vamos prolongar essa rápida visão das causas mais normalmente atribuídas à guerra, mesmo considerando, que ainda outras poderiam ser aqui registradas. Parece correto dizer, que todas essas causas ou explicações se combinam a interagem, formando um complexo de estímulos e pressões, que abre a trilha do conflito.

Por outro lado, vale à pena nos debruçarmos um pouco sobre o problema da validade real dessas causas, como diretamente responsáveis pela deflagração dos conflitos.

Na verdade, não me parece que a noção de causa, aplicada ao campo das Ciências Sociais, possa ter o mesmo sentido que em Física ou Biologia. Em outras palavras: poder-se-ia dizer, que interesses econômicos divergentes ou o choque de ideologias inconciliáveis podem ser considerados, pelo menos em nosso século XX, no estrito sentido em que se estende o conceito newtoniano de causa e efeito, como causas definitivas e irrecusáveis de guerras?

Seria altamente discutível e duvidosa uma resposta afirmativa a essa questão. É irrecusável, que o aparecimento de um estado de crise ou de tensão, gerado por divergências e impasses, pode ser considerado como sendo espontâneo e natural. Com efeito, se uma oposição de interesses se insinua nas relações entre duas ou mais nações, é razoável pensar que a própria consciência dessa oposição, a mobilização de vontades e o receio de uma solução desvantajosa suscitem, naturalmente, à revelia dos protagonistas, uma situação de confronto político. Por outro lado, a passagem do confronto político ao estado de guerra nem sempre vai se verificar da mesma forma. É muito menos em termos de uma relação mecanicista e direta, como se observa com os fenômenos de natureza física, onde uma aplicação de força gera inevitavelmente uma aceleração e uma transferência de calor altera inapelavelmente a temperatura dos corpos implicados nessa transferência.

Não me parece exato, então, identificar nos fenômenos de natureza social, a presença de um automatismo determinista, governando a ocorrência do efeito *guerra* como resultado de certas *causas* fundamentais, sejam elas econômicas, biológicas, políticas ou culturais. Embora não sejam propriamente comuns, a História registra exemplos de controle ou diluição de antagonismos internacionais. Parece ser esse, essencialmente, o sentido dos acordos de Camp David, entre Egito e Israel. Ou, ainda, o período da *détente*, moldado, até certo ponto, pelo congelamento deliberado das divergências existentes entre as superpotências. Apesar de ser relativamente raro, o exercício da vontade política de contenção — através das negociações diplomáticas, da valorização dos interesses

comuns, da exploração dos elementos de cooperação — não se encontra totalmente banido da História.

A passagem do estado de tensão ao estado de guerra não é, conseqüentemente, um processo que se apresenta como uma lei inexorável da História. Pode ocorrer, que os estímulos e pressões desencadeados no interior da situação sejam em maior ou menor grau governados. Quais são as razões, então, pelas quais o confronto político evolui para um estado de guerra?

Embora a maioria dos clássicos da História Universal, ao tratar das causas e antecedentes das grandes guerras vividas pela humanidade, quase sempre se limite a um inventário de divergências políticas e rivalidades econômicas, não é difícil encontrar, em determinados autores, referências mais ou menos explícitas à formação de um certo ambiente político e psicológico, que precede e acompanha a eclosão do conflito.

Colocando em evidência os dilemas que condicionam as atitudes do estadista e os dramas e vicissitudes que envolvem suas decisões, esses autores assinalam o aparecimento e a consolidação gradual de comportamentos, que parecem fortemente influenciados pela transformação da cena internacional. A atmosfera começa a se carregar com as nuvens da incerteza e da desconfiança mútua; os rumores de guerra circulam no ar; o nervosismo e a dúvida embaçam a visão dos estadistas; e, por vezes, as ameaças recíprocas invadem o espaço político, cristalizando compromettimentos que podem se tornar irreversíveis.

É essa idéia que parece estar implícita, por exemplo, em um dos livros do General Beaufre, quando, ao refletir sobre as causas da guerra, ele observa:

“A história recente mostra, que além das causas acidentais [da guerra], que desempenham um papel de centelhas, constata-se a formação antecipada de um clima psicológico favorável à explosão. É o aparecimento desse clima que cria o verdadeiro perigo. Desde que ele aparece, a doença está a caminho.”⁵

Uma de suas características essenciais se traduz no sentimento de incerteza, dentro do qual o estadista vai assimilar os fatos e interpretar as informações que recebe. Uma incerteza que se robustece a partir de determinados fatores destilados do ambiente: a consciência da presença de riscos ponderáveis em qualquer decisão que seja adotada; a expectativa ansiosa da procura da melhor linha-de-ação; e a exigüidade de tempo para as deliberações, antes que a situação alcance o seu clímax.

Como escreveu T. Schelling, ao examinar o cenário da crise: “É da essência de uma crise que os participantes não sejam absolutamente senhores dos acontecimentos; eles avançam os peões e tomam decisões que aumentam ou diminuem o perigo, mas é uma atmosfera de risco e incerteza.”⁶ O sentimento de incerteza aguça a sensação de insegurança. A tensão aumenta à medida em que os temores se acentuam. O medo — já latente na sociedade internacional — vai alimentar-se dos efeitos interativos produzidos pelas atitudes e pela retórica dos estadistas, espiralizando o confronto a níveis cada vez mais elevados.

O estadista se encontra mergulhado em um ambiente onde a responsabilidade pelas conseqüências de suas decisões e o receio de recuar ou conciliar de forma favorável ao inimigo tornam-se fundamentais. É no interior desse contexto que vai se configurar a tomada de decisão, influenciada por um padrão de

comportamento carregado de suspeita e ansiedade. Vale à pena transcrever algumas conclusões de Holsti, em seu estudo sobre a crise de 1914, sugerindo relações entre o ambiente, a percepção e a decisão: à medida em que a tensão aumentava, as autoridades passavam a considerar o tempo como um fator determinante e se preocupavam mais com as conseqüências imediatas de suas atitudes do que com seus reflexos a longo prazo; com o aumento da tensão, os dirigentes nacionais imaginavam que a probabilidade de soluções vantajosas aumentava para os adversários e diminuía para eles; com o agravamento da crise, o volume das mensagens aumentava entre os membros de uma mesma coalisão e diminuía entre as coalisões adversárias⁷.

É verdade que a guerra é resultante da formação de um complexo de causas e motivações que podem ser econômicas, ideológicas, demográficas, políticas, ou quaisquer outras denominações que se lhes deseje atribuir; mas, também, não é menos verdade, que sua deflagração está essencialmente ligada à formação de um ambiente, do qual as ações do estadista recebem uma influência determinante.

E, de fato, parece evidente que as decisões mais críticas, tomadas nos momentos mais cruciais que antecedem o emprego efetivo do Poder Militar, são geradas em um contexto internacional marcado pelo jogo das interações psicológicas, onde a incerteza e a insegurança são constantes. Esquemmatizando-as, podemos dizer que essas interações subentendem iniciativas e respostas, que se realimentam sucessivamente, ligando os oponentes entre si, em um mesmo mecanismo ascendente e acumulativo de tensão.

Exemplo característico do processo interativo que conduz ao conflito é o da

Guerra dos Seis Dias, em 1967, envolvendo Israel e o Egito. Ele se manifesta nas ações empreendidas pelas partes, como em uma cadeia de causas e efeitos, que reflete a percepção dos antagonistas. Primeiro ato do processo: circulam rumores de que Israel prepara uma grande incursão para derrubar Nasser. O segundo ato se abre com a exigência de retirada das tropas da ONU, por parte de Nasser, e prossegue com a partida das tropas egípcias para o Sinai e um novo bloqueio do estreito de Tiran pelos árabes (21.05.67). A marcação do terceiro ato é comandada pela mobilização geral em ambos os lados. A 28 de maio, Nasser afirma que não deseja a guerra, mas que se o Egito for atacado isso significará o fim do Estado de Israel. Quarto ato: a aviação israelense bombardeia, em 05 de junho de 1967, as bases aéreas da Síria, do Egito, da Jordânia e do Iraque, completando o processo interativo.

O envolvimento norte-americano no Vietnã representa outro exemplo sugestivo dessa reciprocidade de ações. O número de militares americanos no Vietnã aumenta na medida em que se intensifica a ação militar do Viet Cong e essa se torna mais audaciosa, com o recrudescimento dos bombardeios norte-americanos. Segundo John G. Stoessinger, Johnson nunca se deu conta do fato de que suas decisões haviam disparado um formidável envolvimento americano na guerra. Ele sempre acalentava a esperança de que uma pequena ampliação dos bombardeios, um pequeno acréscimo de tropas, poderiam levar o inimigo, afinal, à mesa de negociações⁸.

Não é raro que um estado de tensão, marcado pelo confronto político e diplomático, com alguma ocorrência eventual de ameaças ou mobilização militares, possa engendrar uma percepção con-

vencida da inevitabilidade da guerra e, por conseguinte, da necessidade de ação militar, se possível em primeiro lugar. Como afirma Bouthoul: "não são os fatos que impõem as guerras, mas sim a maneira como os dirigentes interpretam os fatos."⁹. Tudo parece indicar que o estadista se sente, efetivamente, prisioneiro no interior de um processo que compele a agir em uma direção pré-fixada. E seu comportamento político, absorvendo as pressões que sobre ele se abatem, tende a refletir uma percepção progressivamente mais nítida da ineficácia das atitudes conciliatórias e da impossibilidade de se conjurar o desenlace violento.

A percepção da inevitabilidade do conflito, de que já não existe alternativas que possam impedi-lo, pode emergir no decorrer de uma crise e robustecer-se até o ponto em que, pelo aprofundamento das intransigências, o emprego das armas se torna aparentemente incontornável. Derivada do fracasso das negociações políticas e das frustrações decorrentes de divergências já cristalizadas, o clima de inevitabilidade é fruto da dinâmica da tensão inerente a toda crise. O estadista se impregna, assim, do sentimento de que só a força pode se opor a um presumível uso da força ou alterar uma situação que em sua opinião lhe é desfavorável. Como Golda Meir entendia e resumia a questão: "Nossos vizinhos são muito mais propícios a evitar uma guerra e mais inclinados às negociações quando Israel é um Israel forte."¹⁰.

A conceituação da guerra como consequência de uma composição de forças exógenas é percebida de forma tal, que o conflito se apresenta como um acontecimento alheio à vontade do conceituador. Tudo se passa como se ele não

fosse sujeito, mas sim objeto de uma trama, cujo funcionamento escapa a seu entendimento e controle. Ele se imagina, sinceramente ou não, como vítima des-norteadada e impotente, diante dos acontecimentos que se atropelam na cena internacional. Arrancado de forma inusitada de uma situação *normal* e atirado na *anormalidade* de um quadro marcado pela animosidade e a violência de vontades, emoldurado em uma dimensão estranha àquelas dentro das quais ele tem condições de agir. E que, por isso mesmo, furta-se a seu alcance, oculta-se aos efeitos de sua interferência.

Não é difícil identificar, na retórica e nas atitudes candentes dos estadistas, a presença manifesta ou difusa desse clima de inevitabilidade, nos momentos que precedem e acompanham imediatamente a deflagração ou a escalada do conflito. É evidente que essa retórica pode ser considerada, muitas vezes, como sendo formulada apenas para determinados efeitos políticos ou psicológicos, não representando, na verdade, um reflexo fiel da percepção e da visão do estadista. Mas é inegável, também, que embora podendo representar uma imagem distorcida da realidade, na medida em que ela alcança essa mesma realidade, seus efeitos e reflexos serão objetivamente concretos. Vejamos, então, alguns componentes desse clima de inevitabilidade, expressos nos pronunciamentos e nas atitudes dos estadistas.

O clima de inevitabilidade de delinea, muitas vezes, em um maniqueísmo que confere ao antagonista a responsabilidade pelas iniciativas mais graves e desastrosas que abrem caminho ao conflito ou à sua escalada. Na guerra do Vietnã, por exemplo, Hanoi atribuiria aos Estados Unidos a responsabilidade pelo prolongamento da guerra, caso não con-

cordassem em assinar, até 31 de outubro de 1972, o acordo de nove pontos resultantes das conversações entre Kissinger e Le Duc Tho¹¹. No Oriente Médio, também, não são raros os momentos em que Sadat ou Begin¹ se atribuem mutuamente a culpa pelo possível fracasso das negociações de paz. E, se certas iniciativas militares se mostram necessárias, se o emprego da força se torna inevitável, a responsabilidade é do adversário. É isso exatamente que podemos inferir do discurso de Brejnev, pronunciado em fins de fevereiro de 1980, no qual ele afirma que a unidade do povo soviético "se manifesta com força especial quando se vê ameaçada pela voz da força" e que a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão só poderia se concretizar assim que "a ingerência externa dirigida contra o Governo e o povo afgão, sob todas as formas, terminasse completamente."¹²

Sendo a responsabilidade transferida ao adversário, é natural que os empreendimentos militares sejam considerados como tendo um caráter defensivo. No Vietnã, os bombardeios aéreos norte-americanos receberiam denominações bastante sugestivas: *dynamic defense* e *reinforced protective reaction strike*¹³. Passando ao Oriente Médio, assim se pronunciaria o embaixador de Israel nas Nações Unidas, sobre o desvio de um avião de passageiros libanês, em agosto de 1973, por aeronaves da Força Aérea israelense: "... nossa situação não é normal. Estamos continuamente na defensiva, sofrendo constantes ataques. Portanto, podemos aplicar o direito de auto-defesa, que é uma exceção admitida pela Carta da ONU e pelo direito internacional."¹⁴. Na Assembléia da mesma Nações Unidas, em 08 de outubro de 1973, um representante sírio declararia, por sua vez: "Israel havia formulado um

plano que não deixou à Síria nenhuma opção, senão a de reagir para se proteger."¹⁵; ou, como se manifestaria outra autoridade síria, ainda a propósito da guerra de outubro de 1973: "Nossas forças agem contra a agressão ao longo da linha de cessar-fogo, com o fim de proteger nosso país e nossa nação."¹⁶

É importante frisar que não desejo afirmar que tais declarações sejam, objetivamente, mentirosas ou fictícias; pelo menos se as considerarmos do ponto-de-vista de seus autores e da interpretação que eles conferem à situação, a partir de uma percepção condicionada pela imagem do conflito. Por outro lado, elas revelam um indistigável conteúdo de inevitabilidade e vão, ao mesmo tempo, lubrificar os mecanismos de compulsão político-psicológica da escalada.

O emprego *defensivo* do Poder Militar supõe, por parte de quem toma essa iniciativa a possibilidade ou a iminência de uma ação agressiva a ser empreendida pelo adversário. A decisão correspondente adquire a forma, portanto, em muitos casos, de uma reação preventiva. A iniciativa árabe de atacar Israel, em outubro de 1973, ilustra uma decisão decorrente desse jogo de interações políticas e psicológicas, no qual os dados que informam a decisão são quase sempre baseados em suposições de maior ou menor grau de consistência. Tal iniciativa parece ter se apoiado na certeza de que não se poderia contar com uma mínima esperança de modificação pacífica da conjuntura no Oriente Médio, a não ser por meio de concessões, que os governos árabes julgavam inaceitáveis. Alguns indícios sugeriam que as duas superpotências estavam satisfeitas com o *status quo* e a consolidação da *détente* parecia diluir as possibilidades de uma ação diplomática mais eficaz¹⁷. O governo israelense,

por seu turno, adotando medidas de colonização e exploração do petróleo do Sinai, levava os egípcios a se convencem de que a trégua teria de ser rompida através de uma ação militar.

O balanço da situação política e diplomática convergia, portanto, para a configuração de um quadro em que a iniciativa árabe resultava mais do efeito das circunstâncias e do comportamento presumível do adversário, do que de uma atitude deliberada e autônoma, desmembrada de influências exteriores. Em outras palavras: alimentando-se das interações entre as partes, tal iniciativa integrava um ponderável componente de compulsão político-psicológica, materializado na necessidade de uma reação *defensiva*.

Do lado israelense, a resposta haveria de se inspirar no mesmo tipo de reação que orientava a iniciativa árabe — como a imagem é o reflexo de um objeto no espelho — contribuindo com o outro termo das interações. Seria necessário atingir os árabes em profundidade e com considerável vigor. A invasão não deveria ser simplesmente repelida, mas seus responsáveis rigorosamente punidos, por meio de contra-ataques ao coração do território árabe. Se os egípcios permanecessem na margem oriental do Suez, isso poderia ser interpretado como um sintoma de fraqueza e, conseqüentemente, como um convite aos árabes, para a conquista de novos territórios¹⁸.

As considerações de ordem moral acompanhadas do sentimento de honra e, por vezes, de uma certa dose de humanitarismo, constituem, igualmente, um importante componente do clima de inevitabilidade. Nesse contexto, a frustração militar também não poderia deixar de estar presente na guerra de outubro de 1973. O desejo egípcio de apagar

a lembrança das humilhações e derrotas sofridas nas guerras anteriores seria uma outra dimensão inseparável da montagem do quadro preparatório do conflito.

O estadista parece, realmente, estar mergulhado e obcecado por esse tipo de considerações. Não me preocupo aqui — repito — em discutir a coerência ou em julgar o fundamento de suas declarações. O que desejo ressaltar é, simplesmente, a presença desse componente moral no clima da inevitabilidade, que vai servir de respaldo e de justificação retórica às decisões do estadista e, ao mesmo tempo, desempenhar uma função objetiva na estruturação desse clima.

Assim se expressaria, por exemplo, em outubro de 1973, o Chefe do Estado-Maior egípcio: "Vamos recuperar as glórias do Arabismo e demonstrar ao mundo que somos homens de guerra, que vivem orgulhosamente ou morrem honrosamente."¹⁹ Passando à guerra do Vietnã, observamos o apelo à honra projetar-se também nas palavras do Presidente Nixon, em discurso transmitido pela TV, em maio de 1972: tudo seria feito para salvaguardar a honra americana e o sacrifício de sangue já feito pelos Estados Unidos na Indochina; os Estados Unidos não poderiam abandonar um compromisso e um aliado; o aspecto humanitário, expresso na preocupação pelas vidas dos 60.000 norte-americanos no Vietnã, também não poderia deixar de ser levado em conta²⁰. Delineava-se, assim, a *paz com honra*, incorporada ao projeto americano perseguido pela administração Nixon-Kissinger.

A preservação da paz é um outro indispensável ingrediente retórico, que integra o panorama de inevitabilidade da ação militar. Assim se pronunciaria o Presidente Sadat, na Assembléia do Povo Egípcio, em outubro de 1973:

“Estamos lutando pela causa da paz, a única paz que é digna desse nome: isto é, a paz baseada na justiça.”²¹. A mesma linha de pronunciamento pode ser encontrada na afirmação do Primeiro-Ministro turco, por ocasião do desembarque de tropas turcas em Chipre, na crise de julho de 1974. O Primeiro-Ministro declarava que seu governo fora obrigado a tomar tal decisão, depois de tentar todos os caminhos políticos e diplomáticos: “Não estamos indo a Chipre para fazer a guerra, mas restaurar a paz, para os turcos e também para os gregos. Creio que nossa decisão será um grande serviço a toda a humanidade e à paz mundial.”²². A paz e a segurança internacional justificam igualmente o projeto político soviético para o Golfo Pérsico e o Oceano Índico. A intervenção soviética no Afeganistão teria sido um fato inestimável para a causa da paz, como afirmava um editorial do *Pravda*, ao insistir na “conversão dessa região em uma zona de paz, o desmantelamento das bases estrangeiras e outras medidas para acalmar as tensões e fortalecer a segurança.”²³.

Poucas idéias em política internacional sejam, talvez, tão escorregadias e subjetivas como a de equilíbrio de forças ou de poderes. E é esse, enfim, o último componente da retórica da inevitabilidade que me ocorre aqui mencionar. Sua manipulação revela o emprego do Poder Militar como uma exigência irrecusável e inexorável da preservação de um equilíbrio — sujeito à interpretação e às conveniências de cada um — indispensável à estabilidade internacional. Sob essa perspectiva — a de assegurar o equilíbrio de forças — situar-se-ia, por exemplo, segundo uma autoridade turca, a invasão da Ilha de Chipre²⁴. Ou, ainda, conforme interpretado pelo Presidente Nixon, em 19 de outubro de 1973, o

fornecimento de suprimentos militares a Israel: “... providências necessárias para a manutenção de um equilíbrio militar e a consecução da estabilidade na região.”²⁵.

Este rápido exame dos componentes desse *clima de inevitabilidade* sugere a presença de um elenco de fatores, que estimulando uma disposição e uma atitude mental, envolve o estado de tensão. A suspeita do adversário, a desconfiança implícita nas negociações diplomáticas, a insegurança capaz de levar a uma intensificação dos preparativos militares, a dúvida e a ansiedade que encharcam o comportamento político dos estadistas, determinam o sentido das interações entre as partes. Quase sempre, inscrito nesse contexto psicológico, o emprego efetivo do Poder Militar passa a ser entretido como uma solução inevitável. O clima de inevitabilidade corresponde, assim, a uma ponte ligando o confronto político ao estado de guerra, que, uma vez nivelada e pavimentada pela retórica dos estadistas, vai possibilitar a passagem de uma margem à outra do dilema conflitual.

Dentro dessa ordem de idéias, talvez não exista modelo mais significativo e acabado do que o da deflagração da Primeira Guerra Mundial. Analisando o comportamento de seus protagonistas, John G. Stoessinger confirma essa impressão: “Esse tema da inevitabilidade é assombroso e penetrante. A maioria dos estadistas, responsáveis pelas decisões cruciais, comportaram-se como atores de uma tragédia grega. O terrível desenlace foi previsto, mas não houve maneira pela qual ele pudesse ser evitado. Frequentemente, os homens transferiram a responsabilidade deles mesmos para um Deus ou Providência impessoal, que eles

imaginaram estar além de seu controle." 26

Como explicar, então, esse estranho processo político-mental; enquadrá-lo no enfoque de uma explicação objetiva e coerente, baseada na racionalidade dos atos humanos? Ou, por outro lado, deveríamos relegar essa questão ao limbo dos problemas insolucionáveis e, como os principais protagonistas da Grande Guerra, interpretá-lo como fruto da Tragédia e da vontade inabordável do Destino?

Vamos procurar, então, examinar o significado e as implicações contidas nessas duas indagações, que têm como pontos de referência, respectivamente, a racionalidade e a compulsão (ou irracionalidade) presentes nos atos humanos. Começaremos pela última.

O processo político-mental que substancia o clima de inevitabilidade apresenta, realmente, uma certa analogia com a dinâmica da tragédia grega. A fatalidade de seu curso e a inexorabilidade das atitudes e decisões parecem caracterizar o processo. E são esses os ingredientes que governam a ação do Destino e formalizam o desenrolar da Tragédia. Ele surge, então, como um jogo, em que as peças são os homens, os exércitos, as esquadras e as nações; e com um único jogador: o Destino.

Na tragédia grega os personagens são vítimas impotentes da fatalidade. Embora tenham consciência das implicações de seus atos, pressintam o conflito terrível que se avizinha, vislumbrem as desventuras que o futuro lhes reserva, não hesitam em prosseguir no rumo que lhes é traçado. E quando têm a pretensão de corrigi-lo, cedo ou tarde descobrem que não desfrutam de poder para isso.

A revolta de Antígona contra a ordem política é uma revolta consciente

da punição, à qual ela se submete com serenidade e determinação. Édipo, por seu turno, tenta escapar de um destino cruel — que ele conhece — procurando iludir-se de que tudo se passa e acontece pela vontade dos homens e não pela vontade dos deuses. Se Antígona representa a revolta obstinada, mas submissa às suas conseqüências, Prometeu encarna a revolta inconformada. Ele é duas vezes um revoltado, ao se rebelar contra o poder dos deuses e ao bradar contra o castigo de Júpiter lhe impõe. Mas, ele também, no final de contas, reconhece a potência do Destino: "Não sei eu, por acaso, que é inútil lutar contra a força da fatalidade?" e aceita o papel que lhe cabe desempenhar na Tragédia: "Eu quis cometer o meu crime eu o quis, conscientemente, não o nego."

O fulcro da tragédia grega se instala, portanto, nessa dicotomia básica, que, no fundo, constitui o verso e o reverso da mesma moeda: por um lado, a atuação implacável do Destino; pelo outro, as vontades individuais que se contorcem em suas malhas. Seja em Antígona, em Édipo ou em Prometeu, a Tragédia se nutre do conflito em que as consciências se sentem aprisionadas; e a dinâmica que a anima tem sua réplica no processo que caracteriza o drama da política empapada de violência. Em ambas, as forças da individualidade e do Destino-Poder se repelem, configurando o clima de inevitabilidade que envolve e condiciona a percepção dos personagens.

Essa percepção se projeta, de maneira geral, em uma importante característica que permeia o desenvolvimento de quase todos os conflitos, principalmente aqueles que se apresentam de forma mais exacerbada: eles parecem ser gerados mais como fruto de uma compulsão do que de uma escolha conscientemente

efetuada. Eles parecem resultar de um antagonismo cuja resolução segue um caminho onde as alternativas diminuem com o tempo, reduzindo a margem reservada à liberdade de opção.

Nem de longe tenho a pretensão de me lançar a uma explicação psicológica ou comportamental da compulsão. Esse é um trabalho para os sociólogos e psicólogos. Mas, é necessário registrar sua presença, contrabalançando a racionalidade política. Como um autor deixa entrevisto, ao se referir às tentativas de racionalização do controle dos conflitos humanos: "Se existe uma lição que possa ter sido acentuada pela guerra no século XX, com sua crescente mistura de homens e máquinas, é que existe um componente irracional no mecanismo da guerra. As emoções e as armadilhas que a acompanham não podem ser ainda acomodadas em uma caixa ou em um modelo." 27 Tudo se passa como se o clima de inevitabilidade transmitisse uma certa energia que compele a agir; como se fossem ativados determinados circuitos psicobiológicos, próprios da espécie humana.

É bem verdade que as decisões do estadista vão se referir à situação e às atitudes de seu adversário e, portanto, em função delas, ele poderá adotar opções mais ou menos diferenciadas em sua forma — mas não no essencial. Na atividade febril que ele desenvolve, em suas pressuposições inconscientemente já cristalizadas, na convicção inabalável de seus pressentimentos, já se encontram enterradas as raízes da ação compulsiva.

Sua existência pode ser reconhecida, por exemplo, no momento em que ocorre o desenlace — ou seja — na ocasião em que o confronto deriva para o estado de guerra. A energia psicológica que sustenta a compulsão parece dissipar-se

com a eclosão do conflito. Esse processo pode ser percebido nas palavras de Churchill, no dia em que a Inglaterra declarou guerra à Alemanha. "Senti paz de espírito e estava cômico de uma espécie de desprendimento inspirado dos assuntos humanos e pessoais. A glória da velha Inglaterra amante da paz e mal preparada como estava, mas direta e destemida ao chamado da honra, emocionava meu ser e parecia elevar nosso destino a esferas muito além dos fatos terrenos e da sensação física." 28 É quase uma alvorada de serenidade e certeza; uma liberação que se identifica com o término das expectativas e ansiedades políticas embutidas na ação compulsiva, evidenciando a natureza catártica da decisão.

Mas, é preciso reconhecer também — como veremos mais adiante — que, normalmente, a compulsão não desfruta de uma exclusividade indiscutível. Ela tem seus limites. Em que medida, então, pode ser aferida a presença de um componente de compulsão no comportamento político dos estadistas? Até que ponto é válida a analogia entre a Tragédia e a Política?

Napoléon afirmou, certa vez, que a diferença essencial entre a tragédia antiga e a tragédia moderna estava no fato de que esta última não incluía mais o Destino, sob a ação do qual os homens sucumbiam na tragédia antiga. E apontava a transformação fundamental que, em sua opinião, era responsável por essa diferença: a Política viera ocupar o lugar do Destino 29; e, através dessa substituição, a representação da realidade tendia a se aproximar da própria realidade.

A Política opera, assim, a dessacralização da Tragédia, arrancando-a dos píncaros da transcendência e relegando-a ao terreno profano e vulgar das vicissitudes humanas. E nessa metamorfose

delineiam-se, ao mesmo tempo, os limites da analogia entre o Destino e o Poder, entre a Tragédia e o conflito de natureza política. Na Tragédia, os acontecimentos se sucedem à revelia dos homens; na Política, eles se desdobram a partir dos arquétipos criados na imaginação dos homens.

Se na Tragédia os atos humanos são marcados pelo sentido fatalista da vida, decorrente da vontade inabalável dos deuses, no conflito político eles vão compor um enredo, que se constrói em torno de interesses e da luta pelo Poder. E, conseqüentemente, é também a partir desses parâmetros que se poderá aprofundar o significado e o alcance da encenação da Tragédia no terreno político.

Tucídides — nunca é demais nos aproveitamentos de suas lições — parece confirmar esse enfoque, ao abordar as razões que conduziram ao conflito militar entre Atenas e Esparta: "A causa verdadeira da guerra, mas não confessada, foi, em minha opinião, o poder que os atenienses haviam adquirido e o temor que eles inspiravam aos lacedemônios."³⁰ E, mais adiante, quando os lacedemônios decidem recorrer à guerra, Tucídides volta a afirmar que eles "obedecem menos aos discursos de seus aliados do que ao temor de ver aumentar o poder dos atenienses, porque eles percebiam que a maior parte da Grécia estava já sob a dependência de Atenas."³¹

No mundo em que vivemos, como diz Morgenthau, quando não estão ativamente envolvidas em um conflito, as nações estão, em maior ou menor escala, se recuperando ou se preparando para um outro³². A preparação, a ampliação e a possibilidade de emprego de seus respectivos poderes nacionais estão sempre em cogitação; e como a outra

face da mesma moeda, a redução, a neutralização e por vezes a destruição total, como aconteceu a Cartago, de poderes concorrentes ou hostis. A luta pelo Poder enrijece e articula o complexo causal que vai armar o cenário propício ao desencadeamento das guerras.

Nesse contexto, as grandes linhas de ação políticas de um Estado, que possam afetar sua segurança ou suas relações com outros Estados, não são fruto de uma decisão irrefletida e improvisada. Desde os chamados *tempos de paz*, os Estados identificam os principais fatores estratégicos que possam incidir sobre a manutenção ou conquista de seus objetivos nacionais; as constantes históricas e geográficas que lhes impõem determinadas limitações ou, por outro lado, favorecem sua ação; os fulcros de tensão que possam ser suscitados pelos interesses e motivações em confronto. As ameaças que se vislumbram à consecução de seus objetivos e a medida de seu poder em relação ao das outras nações são os pontos de referência essenciais dessa avaliação.

Dela resulta uma formulação política, traduzida nas diferentes iniciativas voltadas para a segurança nacional e, no limite, as que se referem à mobilização e ao emprego do Poder Militar. Se a eventualidade da guerra está sempre presente, inscrita nessa formulação política, como um cenário ou uma alternativa possível, isso não significa afirmar, que quando os fulcros de tensão se insinuam e a segurança, os interesses ou mesmo o prestígio nacional sejam mais ou menos questionados por outros Estados, a ocorrência da guerra seja sempre uma certeza. De fato, determinadas condições interferem e atuam na transição do confronto político ao estado de guerra, re-

fietindo o grau de racionalidade política contido nas decisões do estadista.

A primeira dessas condições vem à luz quando o estadista examina a conveniência de emprego da força militar. Em outras palavras: a força militar poderia *resolver* o problema criado pelas divergências e impasses inscritos no confronto político? Ela seria a única forma ou, pelo menos, a mais adequada, para a obtenção de uma solução favorável? Esse dilema se apresenta quando parece se evidenciar a impossibilidade de uma solução negociada e decorre, normalmente, da incapacidade ou da inexistência de mecanismos no sistema internacional, capazes de desarmar a tensão e possibilitar uma solução política. É essa a primeira condição que deve ser objeto da avaliação do estadista — a condição de adequabilidade — que se projeta na idéia de uma indispensável compatibilidade entre os objetivos políticos almejados e o uso da força militar.

No entanto; mesmo diante da impossibilidade de uma solução negociada, é preciso levar em conta o balanço das forças em confronto. Uma outra noção emerge, como uma segunda condição de racionalidade política: o Estado deve decidir o que fazer, levando em consideração o que tem capacidade de fazer. Caso o estadista reconheça a fragilidade de seus meios, certamente não se arriscará à conquista militar de objetivos que estão além de suas forças. É nesse ponto, que a relatividade dos poderes antagonísticos tem uma função a desempenhar, assinalando a viabilidade de sucesso do emprego do Poder Militar. Em síntese, vemo-nos diante da condição de exequibilidade, que se apóia na necessária compatibilidade entre os objetivos políticos da nação e sua capacidade de Poder.

Mas, nenhuma iniciativa militar vale a pena, tendo em vista as inevitáveis perdas e danos que ela representa, se os objetivos políticos perseguidos não forem compensadores. É essa, na verdade, uma lei banal, que preside às ações humanas, não importa o campo em que elas se façam presentes. Em qualquer ação a empreender está sempre presente uma esperança de ganho e, da mesma forma, um risco. Se um dos antagonistas confia na superioridade de seus meios e minimiza os riscos, considerando-os aceitáveis face à importância de seus objetivos, terá maior inclinação para uma solução violenta. E com maior razão ainda, se o objetivo for vital, ou aproximadamente vital, ele estará certamente disposto a correr os riscos inerentes à ação militar. Por outro lado, se os riscos forem enormes, imponderáveis e, no limite, catastróficos, não justificando a contenda em torno de um objetivo menos crítico. Aí se encontra a terceira condição que deve ser objeto da avaliação racional do estadista: o balanço das relações entre suas expectativas de ganho e os riscos a que pode estar sujeito, isto é, a avaliação da aceitabilidade do conflito.

São essas, portanto, as três condições que vão por à prova a racionalidade política do estadista. Mas, evidentemente, não vamos nos deixar iludir, afirmando que sua avaliação seja sempre correta e irrecusavelmente objetiva. Seria exigir demais da imperfeição e das vacilações que caracterizam o espírito humano... Outros fatores de ordem psicológica, interferindo em sua percepção dos acontecimentos, vão se propagar aos resultados da avaliação. Ela é, por conseguinte, fundamentalmente subjetiva; e não são raros os equívocos que podem ocorrer. Muitas vezes, o estadista supõe que está sendo *racional*, pensa que está interpre-

tando de forma apropriada as condições infiltradas no cenário internacional; mas, na verdade, os dados que ele manipula podem estar inconscientemente ajustados às suas expectativas e desejos, se suas deduções não estiverem, por seu turno, impregnadas de idéias fixas e de preconceitos disfarçados.

Se está no ar a impossibilidade de uma solução negociada, se o balanço de forças parece favorável, se os objetivos em jogo são vitais, é imediato pensar que o confronto, não encontrando obstáculos que inibam o seu curso, siga livremente o caminho da radicalização.

É quase certo que a passagem do estado de tensão ao estado de guerra não se concretizará se as condições de racionalidade política não se positivarem; se os estadistas alimentarem dúvidas quanto à avaliação dessas condições ou se reconhecerem a vigência de um certo equilíbrio. Eles hesitam quanto à conveniência de emprego do Poder Militar e as incertezas, que os danos e perdas possíveis inserem em suas avaliações, fazem com que se afastem da solução violenta. Por outro lado, em outras ocasiões, o uso da força militar pode se mostrar adequado à conquista dos objetivos políticos do Estado. A sua capacidade militar pode estar à altura da conquista desses objetivos; e o balanço entre sua expectativa de ganhos e os riscos aos quais certamente se sujeitará, ao se decidir pela ação armada, pode se lhe apresentar como aparentemente vantajoso.

No entanto, será que essas condições, compondo um quadro estanque e insensível de racionalidade, podem determinar, por si mesmas, a eclosão do conflito violento? Será que o estadista se decide pela guerra, de maneira fria e calculada, principalmente neste século XX, levar-

do em conta apenas a vigência dessas condições?

Na verdade, a guerra não é uma simples questão de racionalidade; é preciso subir um outro nível na escalada da tensão. Servindo como pontos de referência à luta pelo poder e à afirmação dos interesses nacionais, às condições de racionalidade política compete apenas a montagem das diferentes peças do mecanismo político, que vai ser disparado com a ajuda de outros elementos, difusos no ambiente que envolve o estado de tensão, onde, certamente, um papel de destaque é também reservado à ação compulsiva.

É difícil dizer até que ponto a tensão é supervalorizada e o clima de inevitabilidade pode ser forjado, para proporcionar ao estadista as justificativas e os pretextos de que ele necessita para sustentar suas ações e alcançar seus objetivos. Tucídides, por exemplo, conta que, no período de tensão que antecedeu ao desencadeamento das ações militares no Peloponeso, ao enviarem a Atenas uma comitiva para apresentar suas queixas e exigências, os lacedemônios "queriam ter, assim, no caso de suas reclamações não serem levadas em conta, um pretexto excelente para fazer a guerra"³³. Além de revelar a astúcia de que é capaz a mente humana, ele desvenda também a dimensão consciente e racional da decisão.

O estadista se encontra imerso em um universo político onde atuam os grupos de pressão, os partidos políticos lutam para impor sua influência e a opinião pública, doméstica e internacional, não pode, muitas vezes, ser menosprezada. É indispensável que suas atitudes se ajustem, ao menos aparentemente, à relação de forças predominante nesse universo. O clima de inevitabilidade vem fa-

cilitar a sementeira do terreno e a neutralização das resistências, abrindo caminho para a concretização de seu projeto político.

É tarefa delicada, determinar a medida em que o estadista é sujeito ou objeto da *inevitabilidade*; até que ponto, sua vontade é capturada sem possibilidade de opções, pela emergência sufocante desse clima, ou, se, inversamente, ele não é um produto consciente da vontade do estadista. Parece mais razoável dizer que em suas ações se misturam contribuições de dois afluentes: um de racionalidade — que se reflete em seu esforço por comandar o processo — e o outro de compulsão — imposto pelo ambiente e a avalanche de fatos que se sucedem. Em uma situação de *normalidade*, a contribuição racional é predominante; à medida em que o conflito se delinea no horizonte, a contribuição compulsiva tende a superar a racional. Esse processo se projeta na retórica que acompanhe a ação do estadista, que, como penso ter sugerido mais atrás, é frequentemente marcada pela contradição e a incoerência.

Essa contradição e essa incoerência, enfim, nada mais são do que o reflexo de um dilema maior que assalta o estadista. O primeiro termo desse dilema apresenta-se na forma de uma sociedade entregue ao seu ritmo próprio de vida, absorvida nos seus dramas do quotidiano, pouco propensa a arriscar benefícios ou a se deixar envolver em iniciativas incertas e perturbadoras e que encara, com ceticismo ou indiferença, sinais de borrasca difusos que despontem no ar. Do alto de seu posto, armado de uma sensibilidade forjada na experiência dos embates políticos, o estadista encontra o outro termo de seu dilema nas realidades da vida internacional. Aí se pre-

param emboscadas e se delineiam perigos, que configuram obstáculos à afirmação dos interesses nacionais.

Como tornar realidade essa tênue, mas sempre renitente esperança de paz, em um mundo transbordante de ameaças? Renunciar à violência ou à ameaça do uso da violência — imagina o estadista — pode significar uma política de apaziguamento, onde em cada esquina uma *Munique* está sempre presente, conduzindo a um desastre irreparável. Abdicar do uso da força, pode levar ao esbulho de direitos e prerrogativas considerados inseparáveis da soberania do país. Além disso, a mais insignificante demonstração de fraqueza, o menor descuido, não poderão ser interpretados pelo adversário como um estímulo à agressão?

Por outro lado — reflete outro estadista — como lançar-se à prova de força, como obrigar o adversário a executar sua vontade, através de um ato de violência, se os rescaldos dessa violência irão certamente incidir, em maior ou menor escala, na substância viva e possivelmente no território de sua própria nação? Como conciliar a necessidade de segurança aos imperativos de uma paz indispensável à felicidade e ao bem-estar da nação?

Sobretudo na era dos armamentos nucleares, da diplomacia da violência e do equilíbrio do terror, da guerra revolucionária e das crises, é injusto afirmar que esse dilema não encontra lugar nas avaliações do estadista. Contudo, a combinação das necessidades de paz e de segurança é uma tarefa difícil, cuja realização não é dada a qualquer um dos mortais... O estadista navega entre os escolhos de ameaças e antagonismos. Assimila as impressões e informações que recebe, ensaiando um rumo que lhe permita escapar aos perigos. Mas, na maioria

das vezes, falta-lhe habilidade para a es-tima e em outras, ainda, ele não conse-gue governar com firmeza em um mar coagulado de obstáculos.

Não pense o leitor que desejo aqui instituir o julgamento dos homens e condená-los na pessoa do estadista... Eles teriam um excelente advogado em Spinoza, que lhes proporcionaria pelo menos um bom atenuante, ressaltando a fragilidade do espírito humano: os ho-mens podem ter consciência de seus atos, mas, normalmente, desconhecem as causas profundas que os levam a agir. Eles pensam que atuam livremente, mas, na verdade, confundem a intencionalida-de formal da ação com uma duvidosa li-berdade absoluta de opção.

Também não tenho a pretensão de absolvê-los, pois, apesar de tudo, eles desfrutam de certas faculdades únicas, preciosas, que os colocam em um nível superior ao de todas as outras criaturas: o pensamento conceitual e a linguagem verbal, presentes nas mais elevadas mani-festações do espírito, na arte e na ciên-cia e, principalmente, na transcendência das grandes religiões monoteístas.

Quem sabe, aí não se situa exatamen-te o grande paradoxo da condição hu-mana, pai de todas as outras incoerên-cias *menores*, que se insinuam inclusive na Política? Lorenz, por exemplo, diz que os grandes perigos que ameaçam a humanidade são conseqüências diretas dessas faculdades, que "expulsaram o homem do paraíso, onde ele podia im-punemente seguir seus instintos e fazer o que bem entendesse"³⁴, desde que — aduzimos nós — não substituisse a refle-xão criativa pelo conceito simplificador do real e a capacidade de sentir e de en-tender pelas engrenagens frias e traiçoei-ras das palavras. A história da árvore do bem e do mal, suspeita Lorenz, teria o

caráter de uma interdição cultural, ali-çerçada no Sagrado e destinada a garan-tir a continuidade da espécie, contra as investidas prematuras de uma racional-i-zação incompleta³⁵.

Tentei, neste trabalho, delinear os di-ferentes aspectos contidos na situação relativamente indefinida, caracterizada pelo agravamento da tensão política, pe-la acumulação de ameaças e perspectivas de agressão, pela crescente intransigên-cia das reivindicações, que pode resvalar para a precipitação ou intensificação do conflito militar.

Para isso, tracei algumas linhas expli-cativas que poderiam ser assim resumi-das:

— a guerra é precedida pela emergên-cia e o desenvolvimento gradual de um complexo de fatores estruturais — eco-nômicos, sociais, demográficos, cultu-rais, etc. — que, pelos efeitos que provo-ca e as alterações que introduz no siste-ma internacional, pode suscitar confron-tos de interesses e veicular ameaças, ca-pazes de levarem aos limites da ruptura;

— o estado de tensão e de confronto engendra a formação de um ambiente político e psicológico, que se define co-mo sendo o produto das interações en-tre o indivíduo e a realidade;

— o ambiente induz, no estadista, uma determinada percepção dos aconte-cimentos, que vai servir de referência às suas decisões e fundamentar o seu com-portamento político;

— o comportamento político do es-tadista parece resultar de duas fontes si-multâneas de alimentação: uma de racio-nalidade e outra de compulsão;

— o eixo da racionalidade política é centrado na avaliação de elementos apa-rentemente objetivos, que informam a situação: o valor de seus interesses e ob-jetivos, sua capacidade de poder em rela-

ção ao adversário, os riscos subjacentes no empreendimento militar; e

— à medida em que os comportamentos e as decisões dos adversários interagem e que a tensão se acumula, emerge o clima de inevitabilidade, consubstanciado formalmente na retórica dos estadistas e no eixo compulsivo que então parece se consolidar, favorecendo a passagem do confronto político ao estado de guerra (ou de intensificação do conflito).

O propósito deste estudo não foi o de esgotar os múltiplos e complexos problemas envolvidos em uma atmosfera de tensão ou de crise. Daí poder afirmar, também, que as observações aqui contidas não pretendem gozar de uma validade universal. As generalizações são sempre perigosas e a riqueza específica de cada crise, a variedade das reações humanas e a relativa imponderabilidade das forças econômicas, políticas e sociais, que atuam no campo internacional, me levam a salientar essa limitação.

Para terminar, procurei sublinhar algumas conclusões, que têm como foco o papel e a responsabilidade do estadista na tomada de decisão, à luz dos parâmetros e condicionantes delineados no decorrer deste estudo.

A primeira delas tem como alvo as sombras de incerteza que estão quase sempre presentes na avaliação do estadista. É bem verdade que a pesquisa operacional, a teoria dos jogos, a teoria da decisão e outros instrumentos racionais de apoio pretendem atenuar o desconforto da decisão em um espaço psicológico normalmente movido e inconsistente. Contudo, como assegurar a lógica e a coerência de uma decisão, se ela é gerada no interior de um conflito mental, onde o desconhecido e a incerteza se combinam para dificultar a tare-

fa do estadista? A opção com que ele se defronta não é simplesmente racional ou científica, mas, supõe, também, uma carga de irracionalidade e reflexos inconscientes. Não é outra a conclusão que se pode extrair, por exemplo, da minuciosa pesquisa estatística de Bouthoul e Carrère. Em 366 conflitos ocorridos de 1740 a 1974, eles identificaram a presença de complexos de alienação e frustração em 97% dos casos³⁶.

Daí, o segundo ponto de observação que desejo destacar: o que se refere à capacitação pessoal do estadista. Pressionado pelo tempo e absorvido nos labirintos da tensão, ele se orienta por informações, que recebe e processa, examinando a gravidade dos riscos e estimando suas alternativas de ação. Nesse contexto, as qualidades e carências do estadista assumem uma relevância especial. Por mais surpreendentes que sejam os milagres da tecnologia, o computador não fornece uma decisão indiscutivelmente *correta*. Como integrar em suas estruturas lógicas os interesses em jogo, as motivações e as vontades humanas? Portanto, ao lado dos atributos que podem marcar sua personalidade — a coragem moral, a intuição dos fatos, a firmeza de atitudes e, ao mesmo tempo, a flexibilidade mental, quando isso se torna necessário — avulta a meu ver, a importância de sua experiência e do conhecimento que só uma formação humanística pode proporcionar.

As considerações acima me conduzem a relembrar Max Weber. De fato, os atributos que se fazem necessários ao estadista traduzem a "ética da convicção" e a "ética da responsabilidade", que "não se contrapõem, mas se completam e, em conjunto, formam um homem autêntico, isto é, um homem que pode aspirar à vocação política"³⁷. Essa afirma-

ção revela e sublinha a vertente subjetiva da decisão, marcada pela individualidade e pelo valor relativo dos homens. Max Weber insinua, assim, as variáveis em função das quais a legitimidade moral da decisão pode ser avaliada: a convicção com que o estadista determina os Fins e o senso de responsabilidade com que seleciona os Meios, comprometidos em um projeto político nacional. E mais: lembra o domínio em que esses atributos se fazem necessários, em que a autenticidade de uma vocação de estadista vai normalmente se manifestar.

Como uma consequência do segundo, passo, então, ao terceiro ponto que desejo destacar: o do primado e da abrangência da Política, em seu sentido mais elevado, nas atividades e nas relações que as sociedades humanas desenvolvem entre si. Como um prolongamento da Política com a introdução de meios violentos, a guerra é um caso particular da generalização acima sugerida. O confronto político projeta uma conjuntura de incerteza em que a possibilidade de uma transição entre a paz e a guerra está sempre presente, exigindo uma alta dose de criatividade e capacidade políticas. É razoável conferir à Política a preponderância a que tem direito, pois, afinal de contas, nela se refletem e se encontram acomodadas, também, as motivações, os desenganos e as esperanças objetivas das nações. E são esses, em última instância, os elementos que devem definir a essência e consubstanciar o sentido das decisões.

REFERÊNCIAS

- 1) É essa, em síntese, a tese defendida por Florestan FERNANDES em *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*, Livraria Pioneira Editora & Editora

- da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2.^a edição, 1970.
- 2) John G. STOESSINGER, *Why Nations go to War*, St. Martin's Press, New York, 2.^a edição, 1978, pp. 60-63.
- 3) Konrad LORENZ, *L'Agression*, trad. do alemão por Vilma Fritsch, Flammarion, Paris, 1969, p. 52.
- 4) Gaston BOUTHOU, *Traité de Polémologie - Sociologie des Guerres*, Payot, Paris, 1970, pp. 258-275.
- 5) Général BEAUFRE, *L'Expédition de Suez*, Éditions Bernard Grasset, Paris, 1967, p. 237.
- 6) Thomas C. SCHELLING, *Arms and Influence*, New Haven and London Yale University Press, Londres, 1966, p. 97.
- 7) Ole R. HOLSTI et alii, Les Relations Internationales en tant que Science Sociale, *Revue Internationale des Sciences Sociales*, UNESCO, Vol. XVII, 1965, (3), p. 484.
- 8) OSTOESSINGER, op. cit., p. 124.
- 9) BOUTHOU, op. cit., p. 250.
- 10) TIME, 13/12/81, p. 15.
- 11) TIME, 06/11/72, p. 12.
- 12) O GLOBO, 23/02/80.
- 13) TIME, 10/01/72, p. 5.
- 14) VEJA, 22/08/79, nº 259.
- 15) Embaixada de Israel no Brasil, *Declarações e Documentos da Guerra de Outubro 1973*, 1974, p. 24.
- 16) Embaixada de Israel no Brasil, op. cit., p. 24.
- 17) TIME, 22/10/73, p. 22.
- 18) TIME, 22/10/73, p. 18.
- 19) TIME, 22/10/73, p. 17.
- 20) TIME, 22/05/72, pp. 13-14.
- 21) TIME, 29/10/73, p. 10C.
- 22) JORNAL DO BRASIL, 20/07/74.
- 23) Citado em O GLOBO, 26/05/80, p. 17.
- 24) JORNAL DO BRASIL, 20/07/74.
- 25) Embaixada de Israel no Brasil, op. cit., p. 34.
- 26) OSTOESSINGER, op. cit., p. 2.
- 27) Roger A. BEAUMONT & Martin EDMONDS (ed.), *War in the next decade*, The University Press of Kentucky, Kentucky, 1974, p. 212.

- 28) Winston S. CHURCHILL, *The Second World War*, Vol. I, Cassell & Co. Ltd., Londres, 3.ª ed., 1950, p. 364.
- 29) Citado por André GLUCKSMANN, em *Le Discours de la Guerre*, L'Herne, Paris, 1968, p. 109.
- 30) TUCÍDIDES, *Histoire de la Guerre du Péloponnèse*, Vol. I, trad. por Jean Voilquin, Farnier-Flammarion, Paris, 1966, p. 43.
- 31) TUCÍDIDES, op. cit., p. 78.
- 32) Hans J. MORGENTHAU, *Politics among nations — the struggle for Power and Peace*, Alfred A. Knopf, New York, 4.ª ed., 1966, p. 36.
- 33) TUCÍDIDES, op. cit., p. 97.
- 34) LORENZ, op. cit., p. 253.
- 35) LORENZ, op. cit., p. 278.
- 36) Gaston BOUTHOU & René CARRÈRE, *Lé Défi de la Guerre (1740-1974)*, Presses Universitaires de France, Paris, 1976, p. 51.
- 37) Max WEBER, *Ciência e Política — duas Vocações*, trad. por Leonidas Hegenberb e Octany Silveira da Mota, Cultrix, São Paulo, 1970, p. 122.



O capitão-de-Fragata Fernando M. Diéguas é aperfeiçoado em Hidrografia e Navegação. Tem o curso de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval e recentemente realizou, na França, o curso da "École Supérieure de Guerre Interarmées" e o "Cours Supérieur Interarmées". Tem artigos publicados em revistas especializadas, um dos quais veio a integrar o livro "Panorama do Poder Marítimo Brasileiro", editado pela Biblioteca do Exército Editora.